

# Recomendação

## Uma visão global para uma ação local

Rui Miguel dos Santos Serrano, OA 7254

### Resgatar a Profissão, projectar e dignificar a classe

A participação dos Arquitectos Portugueses na política activa é inequívoca alavanca do papel da Arquitectura enquanto atividade de interesse público, concretamente através da função social que representa, traduzindo-se como recurso fundamental para o desenvolvimento do nosso país. É, por isso, fundamental que a intervenção política dos profissionais da Arquitectura seja mais participativa, abrangente e eticamente responsável.

Esta participação política activa pode ser um contributo que, em primeira instância, seja capaz de aproximar Arquitectos entre si, de modo a construir uma visão estratégica concertada que fortaleça, afirme e efetive a presença e participação dos Arquitectos na sociedade. Esta visão estratégica deverá ser capaz de refletir-se adequadamente nos processos de regeneração urbana, bem como nos de construção da cidade e na defesa da Arquitectura como valor cultural e instrumento de cidadania.

Reconhecendo que Portugal é fundamentalmente um «país das autarquias» que constroem (ou destroem) territórios, esta recomendação pretende ser a confirmação da Arquitectura no contexto dos nossos territórios, com o propósito de incentivar a qualidade

da construção das nossas cidades e de sublinhar o natural e inevitável posicionamento da Arquitectura como motor de desenvolvimento local. Esta recomendação visa também realçar o papel da Arquitectura na construção ou reconstrução do nosso País, bem como na definição e redefinição dos territórios com as respectivas implicações na vida dos que os habitam.

Se considerarmos:

→ A regeneração urbana enquanto potencial de concretização das diretivas comunitárias, no âmbito do quadro comunitário Portugal 2020;

→ A construção da cidade enquanto entidade própria de dimensão transversal à sociedade e onde a Arquitectura se apresenta como valor cultural crucial, instrumento de cidadania e motor de desenvolvimento local, regional e nacional;

→ A importância do reconhecimento pelos cidadãos da mais-valia que poderá advir do recurso a intervenção política dos arquitectos:

Então, estas são questões prementes que se colocam nos dias de hoje, tanto quanto a importância de existirem organismos capazes de integrar eficazmente os vários atores de gestão do território, no contexto da regeneração urbana, estabelecendo pontes e plataformas

entre autarquias e agentes da construção.

A importância e a urgência de a Ordem dos Arquitectos dever afirmar-se na articulação positiva e eficaz com as várias instituições, instrumentos e ferramentas de gestão e desenvolvimento do território, é cada vez mais consensual. Mais ainda, as relações entre as autarquias e entidades como as CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, APA, DRA, DGPC – Direção Geral do Património Cultural, entre outras, deverão procurar afirmar uma efetiva e factual implantação da profissão que visa a constituição de uma Política nacional de arquitectura e paisagem para Portugal, a qual foi até já publicada sob a forma de diploma legal em Diário da República – o que se pode atestar pela publicação do Despacho no 9010/2013, de 28 de Junho, o qual surgiu depois de 16 anos de discussão.

O Plano Nacional de Arquitectura e Paisagem deve ser um instrumento central de gestão do território com impacto directo na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses, no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento urbano sustentável; na proteção e valorização do património cultural português; no incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial; na competitividade da

## Recomendação

# Uma visão global para uma ação local

economia nacional e na afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no Mundo.

Esta recomendação surge assim como um contributo de exaltação da nobreza da nossa profissão e pretende a afirmação de uma Ordem dos Arquitectos mais representativa e próxima dos Arquitectos, por um lado e da sociedade, por outro. Devemos todos ainda esperar que a sociedade em que nos inserimos, em escala local, regional, nacional ou transnacional considere a experiência adquirida pelos arquitectos políticos ativos e lhes permita o seu genuíno contributo para a construção e aprimoramento do espaço e do tempo, numa assunção de valor material e imaterial, legado que fica para o presente e o futuro, contributo que se reivindica o direito a uma contribuição ativa, plena de cidadania, esclarecida de propósitos, eficaz nos resultados e geradora de valor para as comunidades.

Afigura-se-nos, pois, importante a constituição de um observatório para a implementação e monitorização da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, sem prejuízo da criação de uma oportunidade de reflexão alargada de outros aspectos referentes à forma, organização e competências das estruturas da Ordem.

É este o apelo. É esta a recomendação. Aplicável ao profissional, individualmente ou em associação. Aplicável a escalas micro-espaciais ou macro-espaciais. Aplicável em projetos simples e complexos, pequenos e grandes, isolados ou inseridos em planos reguladores.